

---

# A GEOGRAFIA E O(A) PROFESSOR(A): UM DESAFIO DIÁRIO

## GEOGRAPHY AND THE TEACHER: A DAILY CHALLENGE

Leandra de Lourdes Rezende Amaral<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** O presente trabalho tem como centralidade refletir os desafios que a Geografia e os professores da educação básica enfrentam em seu dia a dia, para a efetivação da Geografia como disciplina. Diante disso, discutiremos a importância da Geografia desde o começo do processo de ensino-aprendizagem, nos anos iniciais do ensino fundamental, para que o aluno seja capaz de construir uma visão crítica englobando aspectos sociais, econômicos e políticos. Para tal, faz-se necessário o estreitamento entre ciência e didática fundamentada na mediação da linguagem acadêmica para a pedagógica sem subtrair a validação do entendimento como complexidade permanente na formulação de problemas inseridos em todo o conhecimento produzido historicamente. Deste modo, abordamos o ensino de Geografia como resultado direto das constituições sociais, políticas, históricas, geográficas, econômicas e culturais.

**Palavras-chave:** Geografia. Ensino-Aprendizagem. Ciência. Didática. Linguagem.

**ABSTRACT:** The present work has as its centrality to reflect the challenges that Geography and teachers of basic education face in their day to day, for the realization of Geography as a discipline. In view of this, we will discuss the importance of Geography from the beginning of the teaching-learning process, in the initial years of elementary education, so that the student is able to construct a critical vision encompassing social, economic and political aspects. To do this, it is necessary to narrow the gap between science and didactics based on the mediation of academic to pedagogical language without subtracting the validation of the understanding as a permanent complexity in the formulation of problems inserted in all the knowledge produced historically. In this way, we approach the teaching of Geography as a direct result of social, political, historical, geographic, economic and cultural constitutions.

**Keywords:** Geography. Teaching-Learning. Science. Didactics. Language.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ensino de Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – PPGeo/UFU. Bolsista CAPES. E-mail: leandra.amaral2008@gmail.com.

Artigo recebido em outubro de 2019 e aceito para publicação em março de 2020.

Antes de aprofundar qualquer assunto a respeito da Geografia faz-se necessário compreender o papel da Geografia ciência e sua contribuição para a educação. Desse modo: O que é Geografia? E para quê serve?

Para avançarmos nesta reflexão torna-se primordial entender que o ensino de Geografia não é inocente, isso significa que ensinar essa ciência poderá ter resultados negativos ou positivos na formação de sujeitos. Assim, refletir sobre o papel da Geografia, a partir, dos anos iniciais da escolarização dos estudantes tem grande relevância na constituição de sua formação social e cidadã. Ou seja, a Geografia pode ser vista como um instrumento capaz de libertar o cidadão da alienação, pois, a partir do momento que começamos a refletir sobre a cidadania somos capazes de compreender a funcionalidade do sistema na qual se está inserido o que envolve, também, a análise das desigualdades sociais presentes no meio, deste modo o reflexo do ensinamento mesmo na infância só será percebido mais tarde.

Dessa forma, é possível compreender o pensamento de Lacoste

Pois, a geografia serve, em princípio, para fazer a guerra. Para toda ciência, para todo saber deve ser colocada a questão das premissas epistemológicas; o processo científico está ligado à uma história e deve ser encarado, de um lado, nas suas relações com as ideologias, de outro, como prática ou como poder. Colocar como ponto de partida que a geografia serve, primeiro, para fazer a guerra não implica afirmar que ela só serve para conduzir operações militares; ela serve também para organizar territórios, não somente como previsão das batalhas que é preciso mover contra este ou aquele adversário, mas também para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade. (LACOSTE, 1989, p. 22-23)

E que guerra enfrentamos hoje? Certamente são combates duros e cruéis, pois não se limitam ao campo de batalha a frente do confronto, mas, não se encontra livre do conflito e pode até não causar mortes físicas, mas certamente leva ao óbito intelectual. A ideia de poder que a Geografia assume é mascarada no discurso da Geografia escolar que utiliza de funções estratégicas pré-definidas ideologicamente pelo Estado, em que é apresentada como uma disciplina com conteúdos controlados e inofensivos, pois não é capaz de fazer o aluno a refletir as relações estabelecidas dentro e fora do ambiente escolar, o que cabe a eles é reproduzir o inócuo, assim a Geografia pode se tornar uma disciplina simplória, tediosa e desnecessária para o aluno.

Desse modo, Lacoste (1989) explora a Geografia como um saber que se associa a um conjunto de informações, que diante de práticas estratégicas fazem com que a mesma se torne necessária aos dirigentes dos aparelhos de Estado, que exercem sua autoridade para melhor controlar e organizar os homens que povoam seu território, ou seja, por meio da Geografia é possível compreender e organizar o espaço quer seja, econômico, social e político, de forma a dar condições ao Estado de abafar movimentos populares e ao mesmo tempo permitir às empresas capitalistas aumentar seus benefícios e conseqüentemente seus lucros. Diante de tais argumentos é possível constatar o interesse em manter a Geografia escolar voltada a memorizações. Assim, afirma Lacoste

A exaltação do caráter exclusivamente escolar e universitário da geografia, tendo como corolário o sentimento de sua inutilidade, é uma das mais hábeis e das mais graves mistificações que já tenha funcionado com eficácia, apesar de

seu caráter muito recente, uma vez que a ocultação da geografia na qualidade de saber político e militar data apenas do fim do século XIX. É chocante constatar até que ponto se negligencia a geografia em meios que estão, no entanto, preocupados em repetir todas as mistificações e em denunciar todas as alienações. (LACOSTE, 1989, p. 33)

É preciso revelar o verdadeiro propósito da Geografia como ciência e disciplina, pois esse se encontra para além do que presenciamos na academia, nas salas de aula da educação básica e nos livros didáticos. A constituição da formação a partir dos anos iniciais no Ensino Fundamental em Geografia tem papel decisivo na compreensão da realidade. Assim, a Geografia escolar serve, segundo Callai, para:

Entender o mundo para compreender também sua vida, se reconhecer com um sujeito que tem identidade e que reconhece o seu pertencimento. Ao ter capacidade de se reconhecer como um sujeito do mundo cada um pode desenvolver a sua condição de cidadão, sabendo que pode ter voz e pode agir no sentido de construir um mundo adequado à vida no conjunto da humanidade. (CALLAI, 2010, p. 30)

Diante disso, é essencial entendermos que a Geografia é importante para que desde o começo do processo de ensino-aprendizagem, seja fornecido ao aluno instrumentos que, o possibilite construir uma visão crítica englobando aspectos sociais, econômicos e políticos. Neste sentido, faz-se necessário que a relação ciência e didática esteja fundamentada na mediação da linguagem acadêmica para a pedagógica sem subtrair a validação do entendimento como complexidade permanente na formulação de problemas inseridos em todo o conhecimento produzido historicamente.

A linguagem escolar não é uma simplificação da linguagem científica, deste modo, a mediação do conhecimento parte da integração do produzido socialmente objetivando a ampliação do saber numa linguagem adequada ao público, todo conhecimento científico será organizado de tal forma que não exista prejuízos intelectuais, ou seja, não se pode menosprezar o conhecimento numa linguagem escolar. Neste sentido, se destaca o papel do(a) professor(a) na construção do conhecimento, pois é ele e somente poderá constituir-se enquanto sujeito do conhecimento que produz uma linguagem própria no processo ensino-aprendizagem. O conhecimento é resultado do processo histórico, mas também o ensinar e o aprender são resultado de um processo conceutivo de trabalho educativo, ou seja, como afirmou Duarte

O conceito de trabalho educativo aqui adotado situa-se numa perspectiva que supera a opção entre a essência humana abstrata e a existência empírica. A essência abstrata é recusada na medida em que a humanidade, as forças essenciais humanas, são concebidas como cultura humana objetiva e socialmente existente, como produto da atividade histórica dos seres humanos. Produzir nos indivíduos singulares “a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”, significa produzir a apropriação pelos indivíduos das forças essenciais humanas objetivadas historicamente. (DUARTE, 1998, s.p.)

O ensino é, portanto, resultado direto das constituições sociais, políticas, históricas, geográficas, econômicas e culturais, em outras palavras, ensinar é trabalhar no sentido de produzir a humanidade nos sujeitos como destacou Duarte (1998, s.p): “O trabalho

educativo é, portanto, uma atividade intencionalmente dirigida por fins”. A mediação do conhecimento produzido historicamente para o cotidiano escolar do aluno depende da finalidade objetivada das relações entre o Estado e as forças que compõe e organizam o mesmo, somado ao papel do(a) professor(a) referendado(a) socialmente.

A mediação do conhecimento científico geográfico para o cotidiano escolar passa pelos limites do Estado e das exigências legais norteadas pelas publicações institucionais federais (Parâmetros Curriculares Nacionais), estaduais (como o Conteúdo Básico Comum de Minas Gerais) e municipais (como as Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia – MG), deste modo, essas publicações têm grande efetivação na elaboração dos conteúdos escolares, bem como das metodologias empreendidas em sala de aula, com isso torna-se, num primeiro momento, muito complicada a ação docente, já que o aparente engessamento não configura a importância do papel formativo do(a) professor(a) no trabalho de construção da humanidade no sujeito.

Liga-se diretamente a mediação às exigências do Estado e essas têm uma enorme responsabilidade nas políticas nacionais e estaduais de formação de professores. Assim, as políticas de formação de professores têm ano a ano insistidas na eficiência dos conteúdos tradicionais sem elaborarem práticas em sala de aula que partam da realidade dos estudantes, não entendemos as práticas como empirismo puro, mas como resultado direto dos processos intelectuais que levam à confecção de temas e problemas originados no cotidiano.

Também, como afirma Duarte (1998) o ato educativo como forma de construir conhecimentos não eleva o sujeito de forma isolada para uma autonomia do conhecimento, ao contrário o cotidiano desses alunos será compreendido de forma efetiva pela capacidade do(a) professor(a) ir além dos limites do próprio Estado, ou seja, os conteúdos dados pelo Estado não alcançam a totalidade da realidade da sala de aula e somente o(a) professor(a) tem a observação necessária para interferir nesses conteúdos, em suma, o(a) professor(a) é o agente principal da mediação do conhecimento.

Para que haja a mediação do pensamento geográfico voltado ao ensino-aprendizagem em sala de aula faz-se necessário uma organização sequencial e didática do ensino de Geografia. E para que isso ocorra é preciso que o(a) professor(a) tenha domínio do conhecimento científico e cuidado ao utilizar os conteúdos dos livros didáticos, já que esses inibem uma reflexão adequada sobre o mundo. Em conjunto com o domínio do conhecimento é preciso que o(a) professor(a) utilize das práticas pedagógicas sem que os alunos apenas reproduzam dados e descrições, esse agir pedagógico associado à linguagem adequada facilitará o ensino-aprendizagem.

Diante do pressuposto apresentado é notório os desafios e limites que o(a) professor(a) enfrenta no dia a dia da sala de aula frente à disciplina de Geografia. Assim, figuramos a importância de reflexões que envolva as condições em ser professor(a) de Geografia, ou seja, a necessidade de pensarmos o papel do(a) professor(a) na formação de uma consciência dialética espacial.

Para compreender os desafios do significado em ser docente no Brasil é preciso, antes fazer uma análise do processo de formação, bem como, as influências e/ou interferências do Estado, quer seja econômica e/ou politicamente. Assim, as análises da legislação e das publicações institucionais nas diversas esferas da república federativa são importantes e contribuem para a compreensão dos desafios e dos limites do próprio ensino, já que essa organização curricular e de conteúdo é feita diretamente pelo Estado. Neste sentido, é possível destacar o caráter político-ideológico motivado pelo próprio aparelho de Estado.

Atualmente presenciamos enfaticamente nas publicações institucionais das várias esferas federativas a intencionalidade de apresentar suas propostas pedagógicas pautadas no lema “aprender a aprender”, porém, segundo Duarte (2006, p. 5) “as pedagogias centradas no lema ‘aprender a aprender’ são antes de mais nada pedagogias que retiram da escola a tarefa de transmissão do conhecimento objetivo, a tarefa de possibilitar aos educandos o acesso à verdade.” A verdade liberta, sendo assim, não é interessante ao Estado que todos tenham acesso à verdade, por isso a necessidade de uma transmissão subjetiva do conhecimento, assim, também se torna notório que o conhecimento não está disponível à todos. Ainda, concordando com Duarte (2006) a escola mantém uma função ideológica de propagar a crença numa melhoria de condições de vida da população, ou seja,

É preciso manter a população em níveis intelectuais que permitam o controle de suas necessidades e aspirações e, por outro lado, é preciso fornecer a uma parcela dessa população, uma educação de um nível intelectual mais elevado e mais complexo, que permita a reprodução da força de trabalho, além, é claro, da necessidade de formação altamente qualificada das elites intelectuais que têm a tarefa de tentar gerenciar o processo econômico e político do capitalismo contemporâneo. Todas essas contradições acabam se refletindo na educação escolar. (DUARTE, 2006, p. 7)

Vários são os reflexos dessas contradições na educação escolar. Contrariamente às considerações apontadas por Duarte (2006) apresentamos o discurso ideológico do Estado concretizado nas palavras de outros autores, tal como Mello

A democratização do acesso e a melhoria da qualidade da educação básica vêm acontecendo num contexto marcado pela modernização econômica, pelo fortalecimento dos direitos da cidadania e pela disseminação das tecnologias da informação, que impactam as expectativas educacionais ao ampliar o reconhecimento da importância da educação na sociedade do conhecimento. (MELLO, 2000, p. 98)

Faz-se necessário olharmos com mais criticidade frente à educação básica, visto que, a democratização do acesso não alcança quem mais necessita: as classes pobres. É de suma importância considerar a democratização como elemento de ampliação dos direitos e da qualidade educacional brasileira, mas isso não ocorreu nas últimas décadas, mesmo com os direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988. As classes mais pobres, os filhos de trabalhadores e trabalhadoras, sofrem diretamente as opressões causadas pela ausência de uma democracia real para a educação.

A Geografia tem papel importante na fundamentação de práticas para que os estudantes da educação básica tenham ampla capacidade crítica. Todavia, a crítica apenas poderá ser efetivada no desdobramento real das práticas, em outras palavras, a visão do estudante sobre o mundo terá efeito na elaboração das contradições as quais são marcas profundas do modo de produção capitalista.

Neste sentido, ensinar Geografia implica em considerar as múltiplas relações formativas dos sujeitos, ao mesmo tempo em que apresenta as imposições de um sistema que seleciona e classifica conteúdos para que os estudantes pensem a partir dos mesmos. A autonomia é

um ponto nevrálgico para a construção da crítica, porém as formulações curriculares e suas consequências avaliativas subtraem essa capacidade dos estudantes, em outros termos, existe uma organização da ordem estabelecida para a efetivação de um planejamento escolar voltado mais para conteúdos pouco conectados com a reflexão realmente crítica dos estudantes.

É preciso refletir sobre essa melhoria da qualidade da educação, o que podemos considerar como melhoria? É uma questão central, visto que os discursos empreendidos em momentos eleitorais tratam a melhoria da educação às questões tecnológicas, bem como muitos professores de Geografia colocam essa questão como certa e incontestável. A presença da tecnologia no ensino não garante um ensino de qualidade, pelo simples fato de estar presente nos laboratórios ou nas salas de aula. O fetichismo da tecnologia encanta os alunos para que facilmente sejam manipulados e assim, se cumpra o adestramento ao mercado de trabalho, regras ditadas pelo capital. Para isso o ponto central do adestramento ocorre na própria formação dos professores de Geografia os quais são treinados para garantirem a ordem da classe, da escola e, por fim, do modo de produção capitalista.

A educação em sala de aula é reflexo direto dessas considerações apontadas até aqui, mas também, se torna necessário pensar como a formação de professores tem impacto evidente na mediação dos conteúdos para o cotidiano escolar, uma vez que a formação docente presenciada na atualidade não é capaz de contemplar nem mesmo o básico para um trabalho efetivo na sala de aula.

Para se pensar numa formação docente que seja carregada de significados capazes de transformar a educação básica é preciso rever alguns conceitos e aprender a valorizar o(a) professor(a), este que diante da concepção histórico-cultural de Vigotski apresentada por Duarte é relevante no processo de ensino-aprendizagem:

O trabalho educativo é, portanto, uma atividade intencionalmente dirigida por fins. [...] Portanto, a produção no ato educativo é direta em dois sentidos. O primeiro e mais óbvio é o de que se trata de uma relação direta entre educador e educando. O segundo, não tão óbvio, mas também presente, é o de que a educação, a humanização do indivíduo é o resultado mais direto do trabalho educativo. (DUARTE, 1998, s.p.)

Assim, diante do pressuposto que o(a) professor(a) é essencial na transmissão de conhecimento ao aluno, não como conhecimento pronto e acabado, mas aquele que se constrói em um processo, apresentando ser menos penoso quando feito em conjunto, educador e educando. E esse ato de fazer em conjunto deveria se estender aos responsáveis pela elaboração dos conteúdos selecionados para o trabalho docente.

Os conteúdos apresentados pelos documentos oficiais da educação no país, estados e municípios não conseguem contemplar assuntos relevantes para a realidade de professores e alunos, por serem impostos de cima para baixo e sem consultar a base, esta que é a mais interessada. Ou seja, os conteúdos são selecionados por um grupo que não representa a classe popular, mas, sim o interesse do próprio Estado, e esse subordinado à lógica capitalista, ao modo de produção não apenas de objetos, mas, sobretudo, de pessoas.

A escola como lócus do poder formativo de seres humanos tem que passar pelos critérios impositivos do modo de produção articulado por um Estado centralizador e com pouca capacidade de privilegiar as liberdades individuais pensadas socialmente para o bem de todos. A formação dos professores, de modo geral, passa pela neutralização do enunciado

de que os professores são, segundo Duarte (1998), responsáveis pela construção intelectual, portanto, de conhecimentos dentro da sala de aula, em outras palavras, o(a) professor(a) é o(a) formador(a) de conhecimentos e com isso responsabiliza-se pela formação articulada dos conteúdos, todavia, não é esse o papel, visto que o(a) professor(a) é apresentado(a) mais como um(a) cumpridor(a) de tarefas e de conteúdos, não como um sujeito capaz de pensar os problemas cotidianos e resolvê-los no sentido de fazer os alunos pensarem sobre os mesmos.

A liberdade e a criatividade foram substituídas pelas atividades pré-fabricadas, impostas de cima para baixo, pela fiscalização e controle dos chefes, pela rotina burocrática de cumprir ordens e entregar papéis e relatórios de pouca ou nenhuma utilidade; a liberdade de ensinar dos professores tornou-se uma das grandes inimigas a serem combatidas pelo governo, em oposição ao direito de aprender dos alunos, jogando uns contra os outros no cotidiano escolar. (SOUZA, 2009, p. 125)

As dificuldades da formação extrapolam as condições diárias para a execução do ensino de Geografia ligado ao compromisso da formação do cidadão na plena consciência das relações dos sujeitos com a sociedade e desses com a natureza. A importância de ensinar Geografia reflete na consideração como fator de formação eletiva diretamente vinculada ao que os sujeitos poderão se tornar enquanto jovens e depois adultos.

As práticas das aulas de Geografia devem aguçar a uma reflexão mais aprofundada em diferentes escalas para pensar a espacialização até mesmo de sua existência. Os conteúdos precisam contemplar condições que efetivem o entendimento dos alunos sem menosprezar sua condição de sujeito, para isso a seleção dos conteúdos precisa dialogar com a realidade do mesmo. E assim, efetivar a totalidade do conhecimento na realidade do cotidiano do aluno, para isso as explicações em sala de aula, as atividades e a avaliação são fundamentais nesse processo. Mas, este é outro assunto, que deixaremos para discutir em outro momento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das reflexões realizadas neste trabalho é possível tecer alguns argumentos conclusivos sobre a efetivação da Geografia escolar. Esta disciplina que tem sua materialidade pautada na subjetividade, simplificações, reprodução, memorização e ausentando-se na produção de conhecimento, certamente não alcança o objetivo de conduzir o indivíduo a reconhecer-se como sujeito no mundo. Visto que a forma com que a Geografia na educação básica vem sendo trabalhada, afasta o sujeito do mundo ao apresentar situações distantes da realidade do próprio aluno.

Portanto, para que a Geografia se efetive como disciplina capaz de formar a consciência crítica e dialética de mundo no sujeito, é preciso oferecer a eles questões que amplie as condições de aprendizado contínuo e que faça sentido com as situações que o envolve no cotidiano. Assim, será possível uma educação efetiva contra as necessidades imediatas e alienantes impostas pela ideologia capitalista, bem como elevar o desenvolvimento ao efetivo conhecimento da realidade natural e social.

Desse modo, concluímos que junto com a Geografia o(a) professor(a) é desafiado(a) dia a dia, desde sua trajetória na academia até sua efetivação como sujeito do conhecimento que produz uma linguagem própria no processo ensino-aprendizagem,

ou seja, a construção do conhecimento só é possível por intermédio do(a) professor(a). Porém, muitas vezes, se encontra neutralizado por variados motivos, quer seja pela formação acadêmica que não consegue relacionar ciência e didática fundamentada numa mediação da linguagem acadêmica para a pedagógica sem subtrair a validação do entendimento como complexidade permanente na formulação de problemas inseridos em todo o conhecimento produzido historicamente; ou pela sobrecarga de tarefas diárias, assim, se torna tolhido de ensinar e escravizado pelo sistema capitalista.

## REFERÊNCIAS

- CALLAI, H. C. A Geografia ensinada: os desafios de uma educação geográfica. In.: Org. MORAIS, E. M. B. de; MORAES, L. B. de. **Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia**. Goiânia: NEPEG, 2010 (Goiânia: E.V.) p. 15-38.
- DUARTE, N. Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 44, Apr. 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621998000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000100008). Acesso em: 23 out. 2019.
- DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção educação contemporânea).
- LACOSTE, Y. **A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução Maria Cecília França. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- MELLO, G. N. de. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 98-110, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100012). Acesso em: 23 out. 2019.
- SOUZA, G. Das luzes da razão à ignorância universal. In: COSTA, A.; NETO, E.; SOUZA, G. **A proletarização do professor: neoliberalismo na educação**. São Paulo: Sudermann, 2009. p. 101-142.